

OS SENTIDOS DE RAÇA/RACISMO NO DISCURSO DE ACADÊMICOS DE LETRAS DA UEMS

Mário Henrique dos Santos Lopes (UEMS)

mariohsl2013@gmail.com

Sônia Filiú Albuquerque de Lima (UEMS)

soniafiliu67@gmail.com

Aline Saddi Chaves (UEMS)

chaves.aline@gmail.com

RESUMO

Este trabalho consiste em analisar a representação discursiva de acadêmicos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Campo Grande, em relação à existência, ou não de discursos racistas no mesmo ambiente. A instituição oferece cotas para afrodescendentes, portanto se faz necessário propor discussões acerca das questões raciais, com objetivo de promover a integração dos os acadêmicos por meio do conhecimento das políticas públicas e ações afirmativas, pelas quais o negro pode optar quando ingressa na Universidade. O estudo tem o intuito de descrever e analisar as formas naturalizadas e quase imperceptíveis de persistência e manutenção do preconceito, principalmente sobre o assunto das cotas. A discussão teórica se inspira nos Estudos Culturais, no sentido de propor diálogos entre os processos que formaram o conceito de mito da democracia racial, assim como na Análise do Discurso Francesa. Percebemos neste trabalho, a presença de um discurso racista velado em vários enunciados dos acadêmicos participantes desta pesquisa. Constatamos a necessidade de se discutir com mais afinco, questões pertinentes ao negro por meio de estudos sobre raça, racismo, juntamente com as teorias linguísticas voltadas aos estudos das formas discursivas em relação a um determinado grupo.

Palavras-chave:

Raça/racismo. Democracia racial. Análise do discurso.

1. Introdução

Este artigo tem como intuito analisar a representação discursiva de acadêmicos da UEMS-CG, do curso de Letras, em relação à discursos racistas observados na universidade, por meio de um levantamento de possíveis episódios de racismo relatados pelos acadêmicos.

O interesse por investigar sobre este tema originou-se no meu terceiro ano no curso de Letras/Inglês da UEMS, quando as questões que vivenciei como negro ao longo da minha vida tornaram-se mais inquietantes. Desse modo, senti a necessidade de investigar se essa percepção de racismo poderia

também estar sendo observada/vivenciada por outros acadêmicos que passaram pelas mesmas discussões teóricas a partir do terceiro ano do nosso curso.

Possivelmente, o racismo que observamos como negros seja velado para muitas pessoas, fato que percebi dentro da universidade, por meio de discursos politicamente corretos, de negação ao racismo. Ele é um reflexo que marca a fundação da identidade nacional originada na mistura das raças, tendo como pressuposto o relacionamento racial amistoso, mas que na prática, não se efetiva em condições e oportunidades para ascensão social do negro. Essa observação tem sido objeto de análise teórica nos estudos voltados para as questões étnico-raciais, como o discurso da democracia racial, cujo conceito é fulcral neste trabalho.

O discurso da democracia racial encontrou suporte na corrente antropológica concernente à fusão das raças, difundida especialmente por Sérgio Buarque de Holanda (1902–1982) e Gilberto Freyre (1900–1987), mas também por Darcy Ribeiro (1922–1997) o que impregnou a produção acadêmica brasileira por décadas, contribuindo para manter, silenciosamente, o preconceito étnico-racial no Brasil.

Fundamentando-nos em estudos sobre raça e racismo, juntamente com o aparato teórico-analítico da Análise do Discurso francesa, pretendemos discutir e denunciar uma forma de racismo no Brasil conhecida e travestida como democracia racial que, segundo Domingues, é “um sistema racial, desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial [...] um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação” (DOMINGUES, 2005, p. 116).

Segundo Munanga (2003), dentro da concepção deste mito, negros e brancos têm as mesmas possibilidades de acesso aos bens da sociedade, o que não condiz com os indicadores econômicos e sociais. Ao analisar a obra de Gilberto Freyre, Munanga afirma que, segundo ele, a democracia racial deveria se dar por meio da integração harmoniosa da sociedade brasileira, promovida pelas famílias patriarcais no Nordeste, porém, o autor observa que na verdade tratou-se apenas de um mito. A tão propagada democracia racial nunca aconteceu no Brasil, onde o *status quo* foi mantido, de forma que analogicamente o branco se manteve como senhor e o negro como o escravo de outrora (MUNANGA, 2003).

Partindo dessas observações, o objetivo deste trabalho foi analisar a representação discursiva de acadêmicos da UEMS-CG, do curso de Letras, em relação à existência ou não de discursos racistas na universidade, por meio de um levantamento de possíveis episódios de racismo relatados pelos acadêmicos.

As discussões deste trabalho têm como ponto de partida as análises da representação discursiva sobre os conceitos de raça, racismo e democracia racial, tendo em vista os desdobramentos deste mito no Brasil e suas consequências no imaginário do povo brasileiro, assim como os efeitos desse discurso nas relações sociais e na constituição das identidades negras.

É importante ressaltar a necessidade de discutir questões pertinentes ao negro, a partir da compreensão e percepção da presença deste mito da democracia racial, entendendo que reflexões dessa natureza têm impacto sobre a formação de novos professores. A presente pesquisa também pretende contribuir, mesmo que minimamente, para combater o discurso de negação do racismo que se originou a partir da democracia racial, tendo em vista o entendimento das implicações dessa negação.

2. Raça e Racismo

O racismo consiste na hierarquização das raças por meio de uma escala de valores, atribuindo ao negro e tudo o que norteia sua cultura a inferioridade perante o branco, o termo tem o conceito de constructo social, pois foi estendido dos estudos biológicos para as ciências sociais, visando o combate à segregação entre pessoas de diversas etnias (MUNANGA, 2003).

A respeito do conceito de raça, Munanga (2003, p. 3) afirma que: “no século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças”, tendo, então, a categoria “raça” como uma classificação biológica e científica. Essa classificação foi superada posteriormente pela ciência e atualmente, não é mais vigente. O que se denomina por raça não tem nenhuma relação genética entre os indivíduos.

Assim sendo, raça não se baseia em nenhuma realidade natural, pois tal conceito procede de uma classificação social de determinados grupos, tendo como representação à classificação da diversidade étnica dos seres

humanos. Ou seja, é impossível combater o racismo, sem reconhecer o constructo social e político do termo “raça”.

O autor elucida que, se as classificações dos naturalistas, acerca do conceito de raça, se limitassem às características físicas de grupos humanos, estas não teriam causado nenhuma adversidade à humanidade (MUNANGA, 2003). A problemática consiste na hierarquização das raças, por meio de uma escala de valores como, por exemplo, qualidades morais, culturais e intelectuais, pela auto decretação de uma suposta superioridade de indivíduos da raça branca, à raça negra e amarela¹⁵⁴.

No início do século XX, a raciologia, uma teoria pseudocientífica de sustentação doutrinária, também fundamentada na classificação humana, concebia, da mesma forma, a superioridade dos indivíduos de raça branca em relação aos outros. Segundo Munanga (2003) essa teoria, servia para justificar sistemas de dominação racial.

A raciologia se embasava no darwinismo social, ou seja, no final do século XIX, o conceito de seleção natural, de Charles Darwin, a respeito da evolução e adaptação das espécies, havia se estendido da biologia para o campo das ciências sociais. O conceito de seleção natural levou à compreensão de que as civilizações mais desenvolvidas eram superiores, portanto, outros povos, que não tinham as mesmas características sociais, seriam primitivos e, de uma forma ou de outra, estariam fadados à extinção (MUNANGA, 2003).

A raciologia teve como um de seus desdobramentos, mais importantes, a eugenia: conceito que denota o aperfeiçoamento da raça humana a partir do embranquecimento da espécie. Tendo como precursor o antropólogo Francis Galton (1822-1910), que defendia que determinados grupos humanos possuíam características intelectuais e de adaptação superiores a outros, transmitindo assim, por meio da descendência tais características (DIWAN, 2007).

¹⁵⁴ Tal divisão foi abordada pelo autor em palestra proferida no 3º Seminário de Relações Raciais e Educação PENESB-RJ – 2003.

3. Democracia Racial e Racismo no Brasil

No fim do século XIX, no período de novos ideais, como a Proclamação da República, sucedida da abolição da escravatura, a raciologia e consequentemente conceitos de eugenia eram defendidos entreintelectuais do país, fomentados pelos ideais da colonização que gerou o surgimento de uma sociedade escravocrata onde o negro é considerado inferior ao branco.

Segundo Fanon (2008), a supressão da cultura de um povo por meio dos processos de colonização gera, em sua identidade (HALL; WOODWARD, 2009), um complexo de inferioridade em relação à cultura do colonizador, já que a identidade se baseia nos antecedentes históricos. A partir da discussão desses autores, podemos dizer que o negro escravo e seus descendentes firmaram em suas identidades este complexo de inferioridade, advindo dos processos históricos, que incluem o tráfico de pessoas do continente africano para o Brasil e todo o período escravocrata que se iniciou com a colonização.

O conceito de identidade é importante para entendermos o mito da democracia racial. Para Hall e Woodward (2009, p. 11), “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”. No período escravocrata, o negro nascido escravo foi privado de todos estes antecedentes, tendo que estabelecer sua identidade a partir da imposição do colonizador, e o processo de miscigenação não deixa de ser uma imposição sexual, como nos mostra Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande e Senzala” de 1933.

Gilberto Freyre explica que o Brasil é o resultado de mais de quatro séculos de miscigenação, pois investigou a formação do povo brasileiro a partir da mistura entre o português, o africano e o indígena (FREYRE, 2003). Para Darcy Ribeiro, o povo brasileiro também se formou pela mestiçagem, imprimindo em nossa nação uma “morena humanidade em flor” (RIBEIRO, 1995, p. 68).

Em sua obra, Ribeiro analisa o aumento da população negra no crescimento demográfico do Brasil, segundo ele, pela formação dos “brancos brasileiros” (RIBEIRO, 1995, p. 230), os considerados pardos. O autor faz uma comparação sobre a evolução demográfica a respeito dos números em milhares de brancos, pretos e “pardos”. Em 1890, para cada 6.302 brancos, 2.098 eram pretos e 5.934 eram pardos, esses últimos representando 44% da população brasileira.

O autor ainda evidencia o crescimento da população negra em relação à branca, segundo ele, tem um crescimento de 24% de 1872 até 1950. O autor também aborda a tendência em classificar os brancos como mais bem sucedidos em relação aos negros e aos “pardos”. (DOMINGUES, 2005, p. 124) vai dizer que: “nenhuma sociedade escravista das Américas deixou de produzir uma vasta população mulata”, e o Brasil, como foi o último país a abolir a escravidão, teve essa produção mais expandida. Porém, com o mito da democracia racial “fabricou a figura do mulato” (DOMINGUES, 2005, p. 125) como uma categoria independente, nem negro nem branco.

Ainda segundo Domingues, o mulato era considerado diferente no sistema racial brasileiro, que lhe conferia um tratamento com maior privilégio em relação ao negro, com maiores chances de ascensão e aceitação social. O autor ainda nos diz que essa diferenciação, em contrapartida, relacionou-se aos interesses da dominação, contribuindo fortemente para a diminuição do conceito de antagonismo racial brasileiro, dando mais visibilidade ao mito da democracia racial.

O surgimento do mito da democracia racial, pelo panorama das correlações das forças raciais no período pós-abolicionista, supõe-se que foi providencial por três motivos. Inicialmente para desarticular quaisquer movimentos de luta dos manumitidos contra seus ex-senhores, segundo, desarticulou qualquer possibilidade do Estado brasileiro implantar políticas compensatórias em benefício aos ex-escravos e por fim, isentava o ex-senhor de quaisquer responsabilidades sobre o destino dos manumitidos. (DOMINGUES, 2005, p. 118)

Para o autor, a democracia racial surge, justamente para isentar o branco de qualquer sentimento de culpa sobre o período escravocrata no qual submeteu o negro ao trabalho escravo, e também, após a sua libertação, retirar do branco toda a responsabilidade e dívida social que teria para com o negro, já que, pelas leis da república, todos eram considerados iguais.

Para Munanga (2008), o negro contribuiu gratuitamente para a economia durante o período da escravidão, e culturalmente em todo o percurso histórico do Brasil, o mito da democracia racial participou de maneira indireta para que se criasse no imaginário do povo uma ideia de que tudo o que se relacionava ao negro seria visto como inferior. Propagada como integração e relação pacífica entre as raças, o mito da democracia racial corroborou para que os negros buscassem se integrar numa sociedade baseada em ideais no qual não havia espaço para essa integração, visto que, para ser aceito em

determinados grupos, o negro deveria negar sua própria cultura e tudo o que faz relação ao que lhe é pertinente.

As ideologias são imagens invertidas do mundo real e as relações sociais de dominação as produzem para ocultar mecanismos de opressão. Assim, o mito da democracia racial era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente, para maquiar a opressiva realidade da desigualdade entre negros e brancos. (DOMINGUES, 2005, p. 118)

As relações de sentidos apoiadas por uma elite considerada branca no Brasil produzem, por meio do mito democracia racial, a ideologia invertida de que somos um país livre de qualquer forma de discriminação racial, porém, conceitos racistas provenientes da raciologia defendiam, no Brasil e no mundo, por meio do darwinismo social e da eugenia, o embranquecimento da raça humana para sua própria evolução.

Para Fanon (2008, p. 90), “o racista cria o inferiorizado”. Munanga vai dizer que esta criação é sociológica, pois surge a partir do momento em que o indivíduo racista considera inferior algum grupo social com traços diferentes dos seus, visto que tais traços não se limitam somente à cor da pele, mas também à cultura, língua e religião. A partir do conceito de racismo e sua relação com o conceito de raça, podemos entender o mito da democracia racial como uma forma de racismo, já que contribuiu para a produção de uma ideologia inexistente ou invertida (COSTA, 1979).

4. A formação do discurso racista

O racismo se manifesta em práticas discriminatórias cotidianas, na comunicação, nas ações e atitudes de um grupo social. Pela perspectiva desta pesquisa, interessa-nos observar como o racismo se manifesta na linguagem, ou ainda, como ele é discursivizado. A Análise do Discurso, disciplina francesa iniciada pelo filósofo Michel Pêcheux nos anos 1960, busca compreender “a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2015, p. 13).

Segundo Orlandi, o discurso é “a materialidade específica da língua”, e está relacionado com a ideologia e o sujeito. Citando Pêcheux, a autora afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia:

o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2015, p. 15).

A ideologia recebe, na AD, uma atenção especial, na medida em que é “a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 46). Por essa perspectiva, os sentidos veiculados pelos signos linguísticos, em palavras, expressões, textos, provêm dos processos ideológicos, que são sociais e históricos.

A partir de uma conjuntura sócio-histórica, estabelece-se o racismo, que nada mais é do que uma formação ideológica, isto é, “um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo” (FIORIN, 1998, p. 32). Com base nesse pressuposto da teoria do discurso, a própria divisão da sociedade em raças seria ela mesma ideológica, algo que é questionado por Munanga no trecho a seguir:

Por que então, classificar a diversidade humana em raças diferentes? A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramenta para operacionalizar o pensamento. É nesse sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo. (MUNANGA, 2003, p. 5)

Se considerarmos as relações sociais e ideológicas e as representações discursivas dos sujeitos que emanam dessas relações, o discurso é o lugar onde a ideologia ganha forma material. Disso se depreende que os sujeitos enunciam a partir de uma dada posição ideológica, sendo a formação discursiva o reflexo desse posicionamento.

Com efeito, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, isto é, “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2015, p. 43).

No caso da presente pesquisa, a democracia racial, enquanto ideologia das relações paritárias entre as raças no Brasil, relaciona-se ao discurso de negação do racismo, gerando, por meio da língua, o discurso de não existência do racismo no Brasil. Pela Análise do Discurso, observa-se a relação entre língua e ideologia, resultando na produção de sentidos por e para o sujeito.

As relações de sentidos estão intimamente relacionadas às “condições de produção do discurso” (ORLANDI, 2015, p. 37). O sentido resulta

das relações entre distintas formações discursivas que se sustentam umas nas outras, gerando até mesmo novas formações e, inclusive, o diálogo entre elas, ou seja, o interdiscurso.

Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. (ORLANDI, 2015, p. 37)

A partir das formações ideológicas é que o sentido é determinado. Essas formações partem dos contextos sociais e históricos que (re)produzem ideias que serão materializadas linguisticamente. O conceito de democracia racial, por exemplo, é uma ideologia produzida a partir de um contexto histórico e apoiado pela sociedade da época, refletindo no sujeito emissor e no receptor dessa ideia. Portanto, o sentido das palavras é ideológico, e dessa forma se reproduz sob a forma de discursos pré-estabelecidos.

É importante pontuar que, em uma concepção clássica da linguística, fundamentada nos estudos de Saussure (2006), língua e linguagem não se confundem. A língua é somente parte da atividade maior de linguagem. Ao passo que esta é comum a todos os seres humanos, visto ser uma faculdade biológica, as línguas são particulares e formam, cada uma a sua maneira, uma estrutura, socialmente compartilhada.

Desse modo, a língua, como produto social, é apropriada pelo falante no meio em que ele está inserido. Surge por meio da faculdade da linguagem e se diversifica nos contextos sociais, evoluindo por meio das relações culturais estabelecidas.

A outra parte da linguagem, a fala, corresponde à atualização da língua por cada indivíduo. É importante destacar que Ferdinand de Saussure (1857–1913), dedicou-se ao estudo da língua, dando início a uma tradição, a chamada linguística descritiva. Já com relação à fala, Michel Pêcheux (1938–1983), foi um dos estudiosos que propôs uma descrição do funcionamento do que ele chamou de discurso. Mas, diferentemente da fala, o discurso possui um funcionamento distinto, como explica Fiorin (1998):

O discurso são as combinações de elementos linguísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psicofisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um eu

quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso. (FIORIN, 1998, p. 11)

A distinção entre falae discurso também possui outras implicações. O discurso é o lugar em que os posicionamentos ideológicos, que atravessam a história, tomam forma, em enunciados, textos, palavras, etc. Além disso, o conceito de discurso é indissociável, na análise do discurso, do sujeito, compreendido não como sujeito da enunciação (aquele que toma a palavra), mas como sujeito assujeitado por sua classe.

Diferentemente da linguística descritiva, que investiga o *significado* das palavras, a AD se dedica ao estudo do *sentido*, compreendido como efeito (desentido) de processos históricos e ideológicos. A próxima citação aborda essa questão:

É nesse sentido que, para a AD, a ideologia se materializa no discurso, ou ainda, que o discurso é um efeito de sentido, na medida em que o signo não é estável, igual em cada ocorrência, mas constitutivamente heterogêneo, porque atravessado pelo(s) outro(s) discurso(s), constituindo-se aí o interdiscurso, condição mesma de enunciação e interpretação dos signos fornecidos pelas línguas. O discurso situa-se, assim, para Pêcheux, entre a linguagem e a ideologia. Eis o campo em que o filósofo pretende atuar, intervir teoricamente, desestabilizando muitas bases, notadamente nas universidades. (CHAVES; RODRIGUES, 2016, p. 208)

Para a constituição dos sentidos e do sujeito, Orlandi afirma que a ideologia é uma condição fundamental, já que “o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 43), ou seja, o sujeito é constituído pela ideologia, e por meio do *eu* do enunciado e do *eu* da enunciação constrói novos significados a partir de sentidospreexistentes.

Já o conceito de interdiscurso está relacionado à alteridade discursiva, e, “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2015, p. 31). Por essa ótica, o interdiscurso também está relacionado à memória (discursiva), pois os sentidos precedem o momento, o lugar e os sujeitos da enunciação, encontrando-se mais propriamente na história do que na língua em si, enquanto sistema estável e repetível.

A partir dos pressupostos teóricos que norteiam a teoria do discurso, passamos, no próximo item, para as análises dos enunciados-respostas dosacadêmicos de Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul em Campo Grande.

5. *Discurso em Análise*

A proposta metodológica deste trabalho consistiu em analisar a representação discursiva de acadêmicos do curso de Letras Português-Inglês da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, acerca do racismo, tendo-se por hipótese que essa representação está baseada no mito da democracia racial. Para tanto, elaboramos e aplicamos um questionário de caráter qualitativo. Foram entrevistados 10 (dez) acadêmicos da turma do curso de Letras – Licenciatura Português-Inglês do 4º ano.

Considerando-se, em um sentido mais amplo, as condições de produção do discurso pela perspectiva da ideologia do racismo, analisamos como essa alteridade discursiva se manifesta nos enunciados dos acadêmicos, ou seja, sua representação discursiva sobre a realidade do racismo. Com isso, buscamos, nas respostas dos acadêmicos entrevistados, o(s) efeito(s) de sentido sobre racismo, reproduzido desde o período pós-abolição até os dias de hoje.

O *corpus* de análise compõe-se de 12 enunciados, selecionados por sua representatividade para analisar o interdiscurso presente nas respostas dos entrevistados. A análise dos dados foi realizada a partir da seleção dos enunciados e seus sentidos, com base em uma análise (inter)discursiva. Além disso, a análise procurou atender aos objetivos deste trabalho e ao referencial teórico e analítico adotado.

A seguir, listamos as perguntas elaboradas para o questionário:

1. Qual sua etnia? Cor da pele, ou “raça”?
2. Você se considera racista? Justifique.
3. Você já observou/vivenciou alguma situação de “racismo” na UEMS de Campo Grande? Se sim, sem nenhuma identificação poderia relatar uma situação de “racismo” que você soube ou vivenciou na universidade?
4. Você conhece algum grupo dentro da UEMS – Campo Grande que discute ou manifesta a questão do negro, por meio de ações afirmativas da própria universidade em relação ao conceito de democracia racial?
5. Você acha que existe “racismo” na universidade? (No caso, na UEMS-CG)?

A proposta do questionário consistiu na análise discursiva por meio de perguntas-chave, a partir das considerações sobre a identificação, que “é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de ca-

racterísticas que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (HALL; WOODWARD, 2009, p. 106).

A análise dos dados consistiu na busca dos efeitos de sentidos dos enunciados-respostas, mediante a identificação do sujeito em relação ao conceito de racismo. Tal identificação se estabelece a partir de uma origem em comum (HALL; WOODWARD, 2009), conseqüentemente surgem produções discursivas que compreendem o sujeito e a situação, isto é, as circunstâncias da enunciação, que produzem o contexto imediato (ORLANDI, 2015).

A seguir, transcrevemos os 12 (doze) enunciados recortados do corpus¹⁵⁵ e, na seqüência, analisamo-nos à luz da teoria do discurso¹⁵⁶.

(E1) “*Sim, acredito que no fundo até os negros são racistas, não trato mal, não faço acepção de pessoas mas, tenho minhas preferências particulares*” (Q6P2);

(E2) “*Não. Tenho admiração por pessoas de qualquer etnia, e não considero que a cor da pele influencie na personalidade e caráter, que é o que mais importa*” (Q3P2);

(E3) “*Não, sou negra e não vejo motivo de haver preconceito de nenhuma raça*” (Q5P2);

(E4) “*Não. Tento ver a pessoa por baixo da pele, do cabelo e afins*” (Q2P2);

(E5) “*Não. Não tenho intolerância com quaisquer raças*” (Q1P2);

(E6) “*Sim. O racismo aparece nos cotistas da universidade (indígenas/negros). Alguns alunos tem preconceito contra os acadêmicos cotistas*” (Q3P5);

(E7) “*Obviamente, mas não com foco nos negro e sim no indígena, eles sim são pobres coitados que precisam de cotas e bolsas de auxílio*” (Q6P5);

(E8) “*Não. A UEMS pra mim é bem diversificada e atualizada. Tirando as brincadeiras que isso sempre vai existir por ter pessoas muito diferentes das outras em todos os sentidos*” (Q7P5);

(E9) “*Não; acredito que o Brasil é um país de miscigenação*” (Q10P5);

¹⁵⁵ Utilizamos a seguinte notação: (E) para enunciado; (Q) para questionário; (P) para a respectiva pergunta do questionário.

¹⁵⁶ A fim de manter a autenticidade dos discursos, optamos por conservar as respostas dos entrevistados, tal como elas foram redigidas, ou seja, sem correção gramatical.

(E10) “*Sim. Foi mencionado que um professor negro não aparecia nas fotos, debochando de sua cor*” (Q3P3);

(E11) “*Sim. Sinceridade, é a primeira vez na vida que eu tive essa sensação de preconceito foi na universidade. Inclusive, os próprios colegas da sala fazem certas brincadeiras que, por mais que eu não ligo, me intimida um pouco, óbvio*” (Q7P3);

(E12) “*Sim, pelo fato de usar turbantes*” (Q9P3).

Para analisar esses enunciados e seus efeitos de sentido, elegemos critérios baseados em grupos temáticos, a saber: (i) Discurso de autoafirmação racista; (ii) Discurso de autonegação racista; (iii) Discurso concessivo; (iv) Discurso de conhecimento de racismo na UEMS/CG; (v) Discurso de desconhecimento de racismo na UEMS/CG; (vi) Relatos de episódios de racismo ocorridos na UEMS Campo Grande.

Os enunciados a seguir, representam discursos gerados a partir da questão 2: “*Você se considera racista? Justifique.*”

DISCURSO DE AUTOAFIRMAÇÃO RACISTA

(E1) “*Sim, acredito que no fundo até os negros são racistas, não trato mal, não faço acepção de pessoas mas, tenho minhas preferências particulares*”.

A resposta “Sim”, no início, refere-se ao questionamento inicial, onde se observa que o indivíduo se autoafirma racista, conseqüentemente, justifica sua posição com o argumento de que os negros também são racistas. Quando diz: “não trato mal, não faço ‘acepção’ (podemos interpretar como fazer exceção das pessoas de cor) mas...”, o entrevistado utiliza um conectivo de concessão (“mas”) para expressar que tem preferências particulares. Considerando-se que, segundo Orlandi (2015, p. 43), “o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia”, o sujeito do enunciado se afirma racista, e isto é reiterado não somente pela afirmação “sim”, mas também pelo emprego do conectivo de adição “até”, que tem por finalidade, aqui, incluir o sujeito entre aqueles indivíduos que, assim como os negros, são racistas.

DISCURSO DE AUTONEGAÇÃO RACISTA

(E2) “*Não. Tenho admiração por pessoas de qualquer etnia, e não considero que a cor da pele influencie na personalidade e caráter, que é o que mais importa*”.

(E3) “Não, sou negra e não vejo motivo de haver preconceito de nenhuma raça”.

(E5) “Não. Não tenho intolerância com quaisquer raças”.

Em E2, apesar de não se autoafirmar negro, o sujeito entrevistado considera que a cor da pele não influencia na personalidade e no caráter das pessoas, utilizando o termo “etnia” para justificar sua admiração pela diversidade étnica.

Do ponto de vista etimológico, o termo “raça” se refere à classificação fenotípica e biológica, e não se aplica à espécie humana, mas foi adotado pelo movimento negro como construto social e político para tratar teoricamente das questões relacionadas ao racismo: “raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo” (HALL; WOODWARD, 2009, p. 69).

Assim, dentro da discussão teórica sobre o racismo, “raça” não significa um termo inferiorizante, pejorativo, pois “no caso do Brasil, o movimento negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação e não como uma regulação conservadora” (GOMES, 2012, p. 731).

Em E3 e E5, o entrevistado assume sua identidade negra, justificando que não existe motivo para que haja preconceito. Porém, utilizam o termo “raça”, gerando o efeito de sentido dessa concepção político-ideológica, o que pode se inferir por seu posicionamento político na autodeclaração imediata: “sou negra”.

DISCURSO CONCESSIVO

Nesse grupo temático, situamos enunciados que possuem uma estrutura linguístico-discursiva na qual há uma informação implícita, sendo tarefa do receptor (leitor ou interlocutor) realizar um procedimento inferencial.

(E4) “Não. Tento ver a pessoa por baixo da pele, do cabelo e afins”.

(E5) “Não. Não tenho intolerância com quaisquer raças”.

Apesar de, em E4 e E5, os entrevistados não se auto-afirmarem racistas, eles justificam suas respostas dizendo que fatores como “pele, cabelos e afins” (E4) e “raças” (E5) independem de suas opiniões a respeito de se considerarem, ou não, racistas.

Em E4, apesar de o entrevistado negar ser racista, seu enunciado provoca um efeito de sentido contrário, visto que, por um procedimento inferencial, obtém-se a proposição “Os seres humanos são fisicamente diferentes pela pele, cabelo e outros atributos”, o que pode ser assimrepresentado:

Posto: Não. Tento ver a pessoa por baixo da pele, do cabelo e afins. Pressuposto: As pessoas são diferentes pela pele, cabelo e outros atributos físicos.

Inferência: Apesar de as pessoas serem diferentes pela pele, cabelo e outros atributos físicos, eu tento vê-las além dessas características.

Conclusão: Eu não sou racista.

Ainda em E4, o advérbio de negação “não” responde diretamente à pergunta “você se considera racista?”, mas as justificativas contrastam a ideia da negação, impondo o sentido de que fatores recorrentes a pessoas de cor escura, como a própria cor da pele, cabelo, bem como a ideia da divisão por raças caracterizam estes indivíduos, gerando efeitos de sentidos constituídos a partir da ideia de que somos diferentes.

Do ponto de vista linguístico-discursivo, essa diferenciação ocorre quando o indivíduo interpelado sobre racismo recorre a estruturas e mecanismos linguístico-discursivos que contêm uma informação implícita ou oculta (DUCROT, 1977), a exemplo da concessão e, de um modo geral, do emprego de termos conectivos do texto. Como exemplo disso, temos as seguintes afirmações: “não sou racista, tenho *até* amigos negros” ou “ela é negra, *mas* é bonita”.

Os próximos enunciados submetidos à análise referem-se à questão 5: “***Você acha que existe racismo na Universidade? (No caso, na UEMS-CG)?***”

DISCURSO DE CONHECIMENTO DE RACISMO NA UEMS CAMPO GRANDE

(E6) “Sim. O racismo aparece nos cotistas da universidade (índigenas/negros). Alguns alunos têm preconceito contra os acadêmicos cotistas”.

(E7) “Obviamente, mas não com foco nos negros e sim no indígena, eles sim são pobres coitados que precisam de cotas e bolsas de auxílio”.

E6 afirma a presença de racismo pelos próprios cotistas da Universidade, neste caso, racismo contra negros e indígenas. Em seguida, o entre-

vistado elucidada a existência de preconceito contra os acadêmicos cotistas. Em E7, o racismo tem maior incidência com relação aos acadêmicos indígenas. A justificativa é que faltam políticas afirmativas que amparem melhor os indígenas, o que atesta sua inferioridade perante outrasetnias.

Fiorin (1998) afirma que também é tarefa do analista do discurso descrever o modo como o enunciador se inscreve em seu discurso/texto. Nesse sentido, observa-se, nos enunciados desta seção, um distanciamento dos sujeitos enunciadore, ao optarem pela 3ª pessoa, chamada não-pessoa, visto que não participa da comunicação (FIORIN, 1998).

No entanto, isso constitui um efeito de sentido, pois, todo texto possui um enunciador, então a objetividade ou o uso da 3ª pessoa é uma estratégia dos entrevistados. A subjetividade está presente em termos como “obviamente”, “mas não”, “e sim”, “eles sim”, “pobres coitados”.

DISCURSO DE NEGAÇÃO DE RACISMO NA UEMS CAMPO-GRANDE

(E8) “Não. A UEMS pra mim é bem diversificada e atualizada. Tirando as brincadeiras que isso sempre vai existir por ter pessoas muito diferentes das outras em todos os sentidos”.

(E9) “Não; acredito que o Brasil é um país de miscigenação”.

Em E8 e E9, os entrevistados, por meio do advérbio de negação “não”, declaram o desconhecimento de racismo na Universidade, porém, em E8, verifica-se que o entrevistado reconhece a presença de brincadeiras advindas da convivência de diferentes pessoas em “em todos os sentidos”. O termo “sentidos” pode referir-se à diversidade étnico-racial no ambiente acadêmico, visto que a UEMS traz em seu discurso a integração, o que é constatado, na prática, em seu PDI (2014), com relação às ações afirmativas (cotas, bolsas, projetos) voltadas para negros e indígenas, visando à permanência deste público na universidade. Dentre essas ações, talvez a mais visível seja o sistema de admissão por cotas.

Já o termo “brincadeiras”, empregado em E8, traz à tona uma memória discursiva sobre piadas de cunho racista, uma prática comunicativa fortemente presente na cultura brasileira, representada/reconhecida mundo afora pelo caráter alegre e divertido dos brasileiros. A esse respeito, é interessante observar que o humor funciona como uma válvula de escape, ou ainda, o lugar em que os discursos interditos são permitidos. Em um análise

discursiva, a formação ideológica determina a formação discursiva, ou seja, o que *pode* ou *deve* ser dito.

Ainda em E8, a afirmação “que isso sempre vai existir” deixa à mostra que as brincadeiras racistas são não somente permitidas, mas, também, que existem há muito tempo, e que continuarão existindo, o que é denotado pelo emprego do advérbio de tempo “sempre”. Vemos, assim, que o sentido das palavras não é intrínseco a elas, mas historicamente determinado.

Em E9, o entrevistado nega o racismo, sob a justificativa de que o Brasil é um país de miscigenação. Observa-se, ainda em E9, pelo emprego do verbo “acreditar” (*eu acredito*) o esquecimento do sujeito, ao revelar, sem o saber, que possui uma crença sobre a miscigenação. De outro modo, poderia ter afirmado que “o Brasil é um país de miscigenação”, mas, inconscientemente, deixa escapar que este é seu posicionamento.

Os enunciados analisados a seguir referem-se à questão 3: “Você já observou/vivenciou alguma situação de racismo na UEMS – Campo Grande? Se sim, sem nenhuma identificação, poderia relatar uma situação de racismo de que você teve conhecimento, ou que vivenciou na Universidade?”

LEVANTAMENTO DE EPISÓDIOS DE RACISMO RELATADOS PELOS ACADÊMICOS

(E10) “*Sim. Foi mencionado que um professor negro não aparecia nas fotos, debochando de sua cor*”.

(E11) “*Sim. Sinceridade, é a primeira vez na vida que eu tive essa sensação de preconceito foi na universidade. Inclusive, os próprios colegas da sala fazem certas brincadeiras que, por mais que eu não ligo, me intimidam um pouco, óbvio*”.

(E12) “*Sim, pelo fato de usar turbantes*”.

Em E10, E11 e E12, a resposta foi afirmativa a respeito de episódios de racismo na Universidade, relatados a partir da observação dos próprios acadêmicos.

Os enunciados escolhidos para as análises indicam a presença direta de situações de racismo na Universidade. Em E10, o episódio foi evidenciado a partir da observação do indivíduo contemplado pela pesquisa. Em E11, o indivíduo alega ter a “sensação de preconceito” vivenciada na Universidade, por meio de brincadeiras dos colegas, sentindo-se intimidada por eles. Já em E12, o fato de o indivíduo usar turbantes gera o preconceito. O turbante é um acessório típico da cultura negra, e está relacionado às religi-

ões de matriz africana, como Candomblé e Umbanda, mas também utilizado como um adereço fora do contexto religioso.

6. Considerações finais

Ao longo dessa pesquisa, buscamos analisar os sentidos para o racismo de acadêmicos do curso de Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, percebemos o quanto o mito da democracia racial contribuiu para que o discurso de que o Brasil é um país onde não existe racismo se reproduz na fala, no caso dos acadêmicos contemplados pela pesquisa.

Dentro do ambiente acadêmico, encontramos uma contrastante diversidade cultural convivendo no mesmo espaço. Estes diversos contextos se embasam em ideologias variadas. Partindo da premissa de que a ideologia é materialidade específica do discurso e, conseqüentemente, da língua, encontramos o discurso racista presente com certa sutileza dentro da Universidade.

Os processos históricos abordados neste artigo refletem o percurso do negro na sociedade brasileira. Ao relacionar conceitos de raça e racismo, podemos perceber o quanto a colonização se deu por meio de uma escala de valores atribuídos pela hierarquização das raças, onde tudo o que se refere ao negro é tido como inferior em relação ao branco, principalmente a cor da pele. Tal hierarquização se configura como racismo.

No Brasil, o mito da democracia colaborou para a manutenção do racismo velado, visto que a ideologia de uma sociedade livre de preconceitos raciais, baseia-se na definição da democracia racial, porém a sociedade brasileira permaneceu por quase 400 anos dentro de um contexto escravocrata, não oferecendo ao negro nenhuma reparação histórica após a abolição, o que justifica o sistema de cotas na sociedade contemporânea com o objetivo de reparar o negro pelos anos de escravidão.

Neste trabalho, constatamos o quanto o discurso de racismo, e racismo velado ainda está muito forte na fala de alguns acadêmicos contemplados por esta pesquisa. O negro cotista, ao perceber o discurso de segregação dentro do ambiente acadêmico, relaciona algumas ações afirmativas que têm como intuito compensar a dívida histórica adquirida com os anos de escravidão no Brasil, muitas vezes como um divisor entre os que ingres-

sam na universidade por meio das cotas e aqueles que entram pela seleção geral.

A UEMS busca, por meio de ações afirmativas, como bolsas e auxílios, promover oportunidades àqueles que não dispõem de condições para manter seus estudos, independentemente do contexto social em que se inserem. Esta instituição também partilha de ações como o sistema de cotas para que negros e indígenas possam beneficiar-se dessas ações para conclusão da graduação.

É importante compreendermos que a inferiorização se dá pelo racista e não pelo inferiorizado e o discurso racista é uma forma direta de diminuir o negro universitário, principalmente aos que fazem parte da academia por meio do ingresso por cotas.

A partir desta pesquisa, surge a necessidade de uma visão que integre o negro de modo mais efetivo na sociedade e na academia, para que o sujeito negro possa reproduzir um discurso de equipolência em relação à diversidade étnica-racial presente no contexto universitário e em sua vida futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, Aline Saddi; RODRIGUES, M. L. Discurso, silêncio e identidade indígena. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. *O mito da democracia racial e da mestiçagem no Brasil (1889-1930)*. Diálogos latinoamericanos, Arrhus, n. 10, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2018.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cutrix, 1977.

- FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. Recife: Global, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação*, 3, 2003, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: PENESB-RJ, 2003.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.